



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023

ITENS DA PAUTA
1.1 Boas-vindas pelo Ministro Coordenador-Geral, Ministro Vice-Coordenador-Geral e pelos/as Gestores/as Nacionais.
1.2 Informes: <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de se pensar o Conselho Consultivo, priorizando a participação de integrantes do Grupo de Trabalho (GT);• Importância de tentar contribuir para que se tenham Gestores/as Regionais com afinidade com a temática;• Indicar sugestões de atividades formativas antes da reunião do dia 22/11/2023 na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT);
1.3 Outros assuntos.

ATA		
Local	Data	Horário
Virtual	9/11/2023	14h

A 1ª Reunião dos/as Gestores/as Nacionais do Programa Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante no âmbito da Justiça do Trabalho (PETE) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) iniciou-se em 9 de novembro de 2023, às 14h, na forma telepresencial, por meio de videoconferência, viabilizada pela ferramenta *Google Meet*.

Estiveram presentes os seguintes membros do Comitê Nacional do Programa, além dos membros do setor de apoio ao Comitê:

COORDENAÇÃO
AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Coordenador-Geral do Programa
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Vice-Coordenador-Geral do Programa
GESTORES NACIONAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023

CLAUDIRENE ANDRADE RIBEIRO Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
LUCIANA PAULA CONFORTI Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
DANIELA VALLE DA ROCHA MULLER Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
ANGÉLICA CANDIDO NOGARA SLOMP Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Apoio à Comissão
GABRIELA LENS DE LACERDA Juíza Auxiliar da Presidência
PATRÍCIA MAEDA Juíza Auxiliar da Presidência
GRAZIELLE DE LUCA Assessora da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
MIRELLA DELMONDES PEREIRA FREIRE Assistente da Presidência do TST

Após agradecer a presença de todos/as, o Coordenador-Geral do PETE, Ministro Augusto César Leite de Carvalho, deu as boas-vindas aos/às Gestores/as Nacionais e aos membros do setor de apoio administrativo ao Programa, dando início aos informes da Reunião e encaminhando a discussão dos itens da pauta.

Sugeriu, primeiramente, que cada pessoa cumprimentasse as demais, se apresentasse e discorresse sobre as razões pelas quais se sente engajado/a nesse Programa.

O Ministro José Roberto Pimenta, Vice-Coordenador-Geral do Programa, reiterando os cumprimentos a todos/as, discorreu brevemente sobre sua trajetória na Justiça do Trabalho e afirmou que o convite para participar do aludido Programa foi irrecusável, visto que considera a temática essencial para quem luta pelos direitos fundamentais sociais. Concluiu



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023**

afirmando que é um prazer fazer do Comitê Nacional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante no âmbito da Justiça do Trabalho.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Gabriela Lenz.

A Dra. Gabriela Lenz relatou estar Juíza do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ascreceu que se encontra, no exercício da magistratura, há treze anos. Informou que, no TRT da 4ª Região, já atuava nos programas institucionais, principalmente no Programa de Equidade, Gênero, Raça e Diversidade. Relatou, ainda, que está, há um pouco mais de um ano, como juíza auxiliar da presidência do TST; e que, o convite do Ministro Presidente Lelio Bentes Corrêa teve como escopo a nacionalização do Programa de Equidade e a estruturação deste com os Programas que já existiam no TST e também com outros. Acrescentou que o objetivo do presidente consiste em implementar, na Justiça do Trabalho, uma grande política “guarda-chuva” do trabalho decente, a qual permita analisar o tipo de jurisdição prestada, além de propiciar um olhar interno sobre a instituição (tribunais trabalhistas). A Dra. Gabriela frisou que a Justiça do Trabalho ainda sofre pressão para ser dissolvida e, por isso, deve haver um constante aperfeiçoamento da instituição, para que as pessoas tenham conhecimento da importância da Justiça Trabalhista na criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Afirmou-se uma entusiasta do Programa e se colocou à disposição para ajudar. Por fim, informou que já foi aprovado o texto da norma que institui o Programa pelo CSJT, além do Ato, nomeando os/as gestores/as. Acresceu estar pendente apenas a assinatura final do Ministro Presidente do TST.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Patricia Maeda.

A Dra. Patricia Maeda informou ser Juíza do Trabalho há quatorze anos e meio no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e estar, desde março do corrente ano, como juíza auxiliar da presidência do TST. Afirmou, ainda, que fora Auditora Fiscal do Trabalho por nove anos, antes de exercer a magistratura. Asseverou que, nos últimos anos, agregou mais as causas interseccionais de gênero e raça e que a causa social sempre foi uma grande preocupação pessoal. Por fim, assegurou sentir-se honrada em fazer parte do Comitê Nacional do PETE.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Sra. Grazielle de Luca.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023**

A Sra. Grazielle de Luca cumprimentou a todos/as e se colocou, juntamente com a equipe de apoio aos programas, à disposição para auxiliar os/as Gestores/as no andamento das atividades do Programa.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para o Dr. Otávio Bruno Ferreira.

O Dr. Otávio Bruno Ferreira afirmou ser Juiz do Trabalho há quase dez anos no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, atualmente titular na Vara de Redenção. Acresceu fazer doutorado na Universidade Federal do Pará, tendo como objeto de estudo o trabalho escravo (na linha de direitos humanos). Afirmou participar de diversas comissões regionais da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA), como diretor de direitos humanos e cidadania. Por fim, frisou que a temática do trabalho escravo é muito presente no estado do Pará. Ascrentou que acredita que o Programa tem como gerar grandes frutos, estando no Comitê para somar esforços.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Daniela Muller.

A Dra. Daniela Muller disse ser Juíza do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, há vinte e dois anos, onde participa do Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo, além de ter mestrado no tema. Informou que antes da magistratura já atuava na área de direitos humanos e considera a Justiça do Trabalho fundamental para o tema, pois foi o ramo do Poder Judiciário que consolidou o conceito de dignidade da pessoa humana, atualmente utilizado. Apontou que durante sua participação no Grupo de Trabalho que deu origem ao atual Programa, atuou mais com a temática de proteção ao imigrante e pontuou que o Brasil tem feito um bom acolhimento humanitário. Finalizou agradecendo o convite para participar do aludido Comitê.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Angélica Cândido.

A Dra. Angélica Cândido afirmou ser Juíza do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região há vinte e cinco anos e que continua apaixonada pelo Direito do Trabalho, o que considera fundamental. Atualmente atua em Curitiba/PR. Expressou-se feliz e surpresa com a indicação para participar do Comitê Gestor, que foi intermediada pela Dra. Gabriela Lenz. Falou que a identidade com a temática decorre do fato de ter atuado em Foz do Iguaçu/PR, na proteção dos trabalhadores transfronteiriços, os quais detêm, inclusive, regulamentação própria. Afirmou, ainda, que, devido a essa vivência, fez mestrado sobre a temática dos trabalhadores transfronteiriços pela Universidade de São Paulo (USP). Finalizou afirmando



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023**

que o Programa é muito oportuno e necessário e se colocou à disposição para colaborar com os/as demais gestores/as.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Luciana Conforti.

A Dra. Luciana Conforti asseverou ser uma grande honra estar compartilhando a sala com os Ministros presentes. Ademais, apresentou-se como Juíza do Trabalho há quase vinte e cinco anos e que atua no Tribunal do Trabalho da 6ª Região. Asseverou, ainda, que esteve em uma reunião no Ministério do Planejamento, onde foi vislumbrada a importância da Justiça do Trabalho na expansão pretendida para o comércio exterior pela via marítima, nas fronteiras dos Estados com o Oceano Pacífico. Finalizou ressaltando a importância do TST ter reassumido o protagonismo de trazer a discussão sobre o tema “trabalho escravo”, e demais programas que se interligam, para o interior da instituição.

A seguir, o Ministro Augusto César prosseguiu com a rodada de apresentações, passando a palavra para a Dra. Clauriderene Andrade.

A Dra. Clauriderene Andrade declarou estar honrada em participar do Comitê e que há alguns anos vivia em condições análogas à escravidão, motivo pelo qual se emociona com o tema. Expôs que realizou inúmeras pesquisas sobre o assunto e posteriormente buscou trazê-lo para o ensino nas escolas. Narrou sua trajetória como magistrada, atuando nos últimos dezoito anos no estado do Mato Grosso. Finalizou dizendo que sua perspectiva é conseguir colaborar com os demais membros, além de continuar levando a temática ao ensino médio.

A seguir, o Ministro Augusto César mostrou-se particularmente impactado pelo esforço intelectual da Dra. Clauriderene Andrade e afirmou que o ideal do Comitê é realmente o compromisso pela eliminação desse legado cultural que embasa o trabalho escravo. Salientou a importância de ser acompanhado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do “Tema 1158” (Constitucionalidade da diferenciação das condições de trabalho necessárias à tipificação do trabalho como degradante em razão da realidade local em que é realizado e o *standard* probatório para a condenação pelo crime de redução a condição análoga à de escravo).

O Ministro Augusto César prosseguiu elecando o primeiro tema de pauta: a necessidade de se pensar o Conselho Consultivo, o qual será formado por até dez integrantes, escolhidos entre magistrados/as, auditores/as fiscais, membros do Ministério Público do Trabalho, membros da advocacia, pesquisadores/as, professores/as, representantes de entidade de classe ou de organização não governamentais e possam contribuir para os desígnios do PETE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023**

O Ministro Augusto César elogiou o trabalho Grupo de Trabalho com o objetivo de propor programa institucional voltado ao enfrentamento ao trabalho em condições análogas à escravidão e ao tráfico de pessoas, bem como à proteção ao trabalho das pessoas imigrantes. Considerou o trabalho apresentado muito rico, além de ter trazido segurança para o início das atividades do Programa.

O Ministro Augusto César propôs que metade dos membros do Conselho Consultivo seja composto por membros remanescentes do aludido Grupo de Trabalho: Andrea da Rocha Carvalho Gondim; Alice Sobral Cardoso; Raissa Roussenq Alves; Ricardo Rezende Figueira e Jônatas dos Santos Andrade. Os demais membros concordaram.

O Ministro Augusto César elencou, ainda, mais alguns nomes para compor o Conselho Consultivo: o professor Luis Carmargo, a juíza Adriana Pimenta e a juíza Carla Cristina de Paula Gomes; além de informar que há outros estudiosos do tema que gostariam de participar, como a juíza Maria Odete Pereira Araújo; a estudante Viviane Lins (indicada pelo professor Luis Carmargo) e a professora, advogada e mestranda Cristina Moreira. O Ministro Augusto César ressaltou a importância da escolha dos membros o Conselho do Consultivo, frisando que os nomes dos membros devem ser melhor debatidos entre os/as Gestores/as.

A Dra. Luciana Conforti opinou pela indicação da Juíza do Trabalho Maria Odete Pereira Araújo como Gestora Regional da 6ª Região. Sugeriu também que os/as Gestores/as Regionais do Programa pudessem ser pessoas que possuíssem pesquisas consistentes na área, a fim de ajudar, inclusive, em cursos de formação. Por fim, citou o nome da Desembargadora Suzy Koury e das professoras Lívia Miranda (Universidade Federal de Minas Gerais), Valena Jacó (Universidade do Pará) e Carla Reita, do Mato Grosso.

O Dr. Otávio Bruno, corroborando com a fala da Dra. Luciana Conforti, apontou a importância dos/as Gestores/as Regionais estarem inteirados com o Programa.

O Ministro José Roberto concordou com as indicações do Ministro Augusto César para o Conselho Consultivo e ressaltou considerar importante a participação de magistrados/as no aludido órgão.

O Ministro Augusto César explicou que todos/as os/as Gestores/as Regionais serão magistrados/as, o que garante a participação em grande número da classe.

Por fim, ambos os ministros acordaram aguardar a composição dos/as Gestores/as Regionais para complementar as cinco vagas remanescentes do Conselho Consultivo.

A Dra. Gabriela Lenz concordou com a importância de o/a Gestor/a Regional ser engajado/a com a temática e assegurou dar um prazo, de aproximadamente dez dias, antes de oficiar os Tribunais Regionais, a fim de que os/as Gestores/as Nacionais possam articular com os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**1ª Reunião dos Gestores Nacionais do PETE
Via chamada de Vídeo
09 de novembro de 2023**

presidentes dos TRTs sobre os melhores nomes a serem indicados para a função. Ademais, a Dra. Gabriela Lenz informou que, no dia vinte e dois de novembro do corrente ano, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) solicitou uma reunião com a finalidade de ser pensado o calendário do ano vindouro e ressaltou a possibilidade dos/as Gestores/as informarem atividades que entendam prioritárias; além de sugerir que o grupo reflita sobre os eventos para o próximo ano. Nesse sentido, ponderou sobre o Termo de Cooperação Técnica, firmado com o Conselho Nacional de Justiça e os Conselhos Superiores, qual trata da Justiça Itinerante na Amazônia Legal e sobre a importância de idas institucionais aos territórios, por exemplo, para o “Programa Acolhida”, em Roraima.

A seguir, o Ministro Augusto César passou a palavra para a Dra Daniela Muller.

A Dra Daniela Muller questionou se haverá descentralização orçamentária para realização dos eventos do Programa.

A Dra. Gabriela Lenz respondeu que sim; e que, há uma proposta para que os Tribunais recebam o valor de acordo com cada projeto proposto, ao invés de receber de acordo com o porte do Tribunal.

A Dra. Luciana Conforti indicou haver a previsão de curso de formação dos/as Gestores/as Regionais.

A seguir, o Ministro Augusto César passou a palavra para o Dr. Otávio Bruno.

O Dr. Otávio Bruno indicou a elaboração de um manual para os/as Gestores/as Regionais (nos moldes do Manual do Programa Trabalho Seguro).

A seguir, o Ministro Augusto César passou a palavra para a Dra. Patrícia Maeda.

A Dra. Patrícia Maeda citou a existência do Grupo de Trabalho da elaboração do Protocolo para atuação perspectiva antidiscriminatória no âmbito da Justiça do Trabalho, que pretende ter três eixos: interseccional (assuntos de gênero, raça, classe e deficiência); combate ao trabalho infantil e enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. Ademais, convidou a todos/as para contribuírem com esse projeto, tanto em aspectos teóricos quanto práticos.

Por fim, o Ministro Augusto César combinou com os/as Gestores/as Nacionais reservarem a última sexta- feira de cada mês, às dez horas da manhã, para a agenda do Programa.

Os Ministros Augusto César e José Roberto agradeceram a presença e participação de todos/as e encerraram a reunião.

A ata foi submetida aos membros do Comitê Nacional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante no âmbito da Justiça do Trabalho e aprovada.